

PRIMEIRAS FORMULAÇÕES DO PROGRAMA COMUNISTA PARA O BRASIL

LAS PRIMERAS FORMULACIONES DEL PROGRAMA COMUNISTA PARA EL BRASIL.

THE EARLY FORMATIONS OF THE COMMUNIST PROGRAM TO BRAZIL

João Quartim de Moraes^{1*}

Resumo: Para Marx e Engels, o comunismo não é um projeto, mas um movimento real cujo pressuposto é o desenvolvimento do capitalismo. Após a revolução de Outubro 1917, o partido de Lênin passou a se chamar comunista, bem como a III Internacional que ele fundou. Graças ao livro pioneiro de Octávio Brandão, o Partido Comunista do Brasil (PCB), já em 1924, ofereceu uma contribuição original à análise da sociedade brasileira. O encontro do positivismo e do comunismo, no final dos anos 1920, configurou a expressão mais avançada da cultura política da esquerda brasileira. Nas décadas seguintes, grandes intelectuais comunistas foram protagonistas da elaboração do programa nacional-democrático da revolução social brasileira.

Palavras-Chave: Marxismo. Comunismo. História. Esquerda. Brasil.

Resumen: Para Marx y Engels, el comunismo no es un proyecto, sino un movimiento real cuyo presupuesto es el desarrollo del capitalismo. Después de la revolución de Octubre 1917, el partido de Lenin adoptó el nombre de comunista, así como la III Internacional que él ha fundado. Gracias al libro pionero de Octávio Brandão, el Partido Comunista del Brasil (PCB), ha ofrecido, ya en 1924, una contribución original al análisis de la sociedad brasilera. El encuentro del positivismo con el comunismo, en los últimos años 1920, ha configurado la expresión la más avanzada de la cultura política de la izquierda brasilera. Durante las décadas siguientes, grandes intelectuales comunistas fueron protagonistas de la elaboración del programa nacional-democrático de la revolución social brasilera.

Palavras-Chave: Marxismo. Comunismo. Historia. Izquierda. Brasil.

Abstract: For Marx & Engels, communism is not a project, but a real movement of which the presupposition is the development of capitalism. The Brazilian Communist Party (PCB), as far back as 1924, offered an original contribution to the analysis of Brazilian society. The meeting of positivism and communism in the late 1920's is the most advanced expression of Brazil's leftist political culture. In the following decades, most communist intellectuals were leading figures in the elaboration of the national-democratic program of Brazil's social revolution.

Key-words: Marxism. Communism. History. Left. Brazil.

O comunismo: Marx/Engels e Lênin

É indispensável distinguir dois sentidos principais no uso marxista do termo comunismo. Em ordem cronológica, o primeiro remonta aos anos 1840 e foi objeto de uma elucidação que pode para o leitor de hoje parecer um tanto surpreendente: “o comunismo não é para nós um estado de coisas (ein Zustand) que deva ser implantado, nem um ideal ao qual a realidade deva se adaptar. Chamamos comunismo o movimento real que abole o presente estado de coisas (den jetzigen Zustand). As condições desse movimento resultam de pressupostos que já existem (der jetzt bestehenden Voraussetzung)” (Marx-Engels, 1978, p. 226).

Essa tese, que Marx e Engels formularam em 1845-1846 na Ideologia Alemã, é suscetível de múltiplas interpretações. Sugere uma visão determinista da história universal, bem como uma concepção espontaneísta da dinâmica revolucionária. Mas sem dúvida, no espírito dos dois autores, ela visava a criticar as utopias comunistas ou socialistas (àquela altura era bem larga a flutuação semântica entre os dois termos) que proliferavam nos meios revolucionários europeus. O comunismo, dizem em síntese, não é um plano de sonhadores bem intencionados, e sim um movimento real. Devemos entender que ele é, como diríamos hoje, um processo objetivo?

Encontramos a resposta dois anos depois, no Manifesto comunista. Marx e Engels nele apresentam “a exposição geral das condições efetivas de [...] um movimento histórico que se desenvolve sob nossos olhos (unter unsern Augen)”. A locução adverbial enfatiza o caráter concreto do movimento: ele cai sob nossos olhos, não é uma expectativa que nutrimos no pensamento e na vontade, mas um processo visível para quem se dispuser a olhar para ele. A dinâmica desse processo corresponde à expansão planetária da burguesia. Ela submete em toda parte a produção social de riquezas à lógica objetiva da valorização do capital. Mas corresponde também, na medida em que suprime todas as relações sociais anteriores, à proletarização tendencial de todo trabalho produtivo e conseqüentemente à polarização da sociedade entre burgueses e proletários. É pois o próprio desenvolvimento do capitalismo que desenvolve as condições de sua superação. Daí a expectativa de que o proletariado rompesse a ordem do capital nos países europeus avançados e instaurasse uma livre associação de produtores, na qual os meios de produção se tornariam patrimônio comum (=comunista) da humanidade.

O segundo sentido marxista do termo comunismo, indissociável do primeiro, incorporou as novas determinações históricas decorrentes da revolução de Outubro 1917. Após a bancarrota moral e política da II Internacional, já não mais era possível ao marxismo revolucionário organizar-se em partidos que se auto-denominassem social-democratas. Desde 1914, Lênin vinha preconizando a supressão da expressão “social-democrata” no nome do Partido operário social-democrata russo (bolchevik). Em vários textos de 1917, inclusive nas famosas Teses de Abril, ele justificou a proposta de um novo nome. Uma escolha bem discutida e refletida, em meio ao dilúvio de chumbo e fogo da guerra continental entre as grandes potências imperialistas. Levar adiante a revolução social era, porém, mais urgente e importante do que mudar o nome do Partido. O VI Congresso dos bolcheviks, realizado no final de julho e começo de agosto de 1917, tinha outras prioridades. Só no VII Congresso, realizado em março de 1918, foi aprovada² a Resolução redigida por Lênin, que adotou o nome de Partido comunista da Rússia (bolchevik). A fundação da Internacional Comunista, em março do ano seguinte, consagrou o termo em escala mundial.

O esforço pioneiro de Octávio Brandão

Menos de três anos depois, em março de 1922, numa situação histórica em que permaneciam no horizonte as mais altas esperanças, fundou-se o Partido Comunista do Brasil (PCB). Na vasta bibliografia sobre sua história, deixando de lado as deletérias contribuições dos anti-comunistas profissionais e amadores, predominam compreensivelmente os temas mais grandiosos e trágicos, do martírio dos

dirigentes do levante de 1935 à luta armada urbana desencadeada em 1968 e à guerrilha do Araguaia, bem como as questões político-programáticas que marcaram a trajetória do Partido ao longo do século XX. Não se ressaltou suficientemente, entretanto, a contribuição dos comunistas à análise da sociedade brasileira.

A primeira tentativa de pensar o Brasil à luz do marxismo remonta a julho de 1924, apenas dois anos depois da fundação do Partido. Octavio Brandão, um jovem intelectual alagoano, iniciou a redação de *Agrarismo e industrialismo*, “Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil”, como anuncia o subtítulo³. Já nos referimos à novidade, naquele momento, da expressão “marxista-leninista” (QUARTIM MORAES, 2007, pp. 140-141). Ela refletia o imenso impacto da revolução socialista russa e o reconhecimento da decisiva importância de seu principal dirigente na refundação revolucionária do marxismo. Nas precárias condições da clandestinidade, Brandão concluiu “a parte fundamental” do livro menos de um mês depois. Este texto, ainda incompleto, circulou em cópias datilografadas, servindo de subsídio para as teses que Astrojildo Pereira apresentou no II Congresso do PCB (16 a 18 de maio de 1925)⁴.

No título está expressa sua tese principal: a contradição entre interesses agrários e interesses industriais constituía o fator determinante dos confrontos políticos e da guerra civil larvada que convulsionavam o Brasil. Nela se baseava a aliança da classe operária com a pequena-burguesia democrática na luta contra a “oligarquia agrária entrançada com a oligarquia financeira” (Brandão, 2006, p.40). Também notáveis são suas observações sobre o imperialismo e a subordinação econômica dos interesses agrários à alta finança inglesa, bem como sobre as perspectivas sombrias que nos reservava nossa posição de mono-exportadores de café. Quantos economistas e outros tagarelas neoliberais, papagueando sobre as virtudes da privatização e do mercado, foram capazes de prever a crise de 2008 com lucidez remotamente comparável à do jovem comunista escondido da polícia de Artur Bernardes que previu com cinco anos de antecedência o colapso da monocultura de exportação do café?:

Hoover, secretário do comércio, agente do imperialismo norte-americano, faz campanha contra o café brasileiro, preconizando até o boicote. Enquanto isso, os bancos ingleses emprestam dinheiro à Brazilian Coffee e ao Instituto de Defesa Permanente do Café. Como, porém, a América do Norte é o maior consumidor do café brasileiro, desenha-se no horizonte uma grave crise cafeeira [...] a dominação econômica e política do fazendeiro do café irá de águas abaixo, e o que é mais sério, o país debater-se-á numa crise horrível (Brandão, 2006, p. 184).⁵

Agrarismo e industrialismo exerceu, nos anos seguintes, forte influência não somente entre os comunistas, mas também entre os positivistas de esquerda que o leram e discutiram. Entretanto, a pressão combinada do esquerdismo obreirista no interior do PCB e da linha dita “classe contra classe”, adotada pelo Komintern e aplicada por seu Secretariado Sul-Americano (SSA/IC), minaram as posições do grupo dirigente. Brandão e Astrojildo Pereira, seus principais expoentes, foram marginalizados e a aliança com a pequena-burguesia revolucionária classificada de desvio direitista. À rejeição de suas idéias no interior do movimento comunista acrescentou-se a repressão anti-comunista movida pelo governo provisório de

Getúlio Vargas. Preso e em seguida expulso do Brasil em 1931, Brandão partiu para um longo exílio na União Soviética.

O projeto republicano dos positivistas

No contexto político-cultural das lutas revolucionárias que precederam o levante vitorioso da Aliança Liberal em outubro 1930, a importância decisiva dos positivistas (principalmente os de esquerda) tem sido ocultada por razões claramente ideológicas: a nostalgia monarquista, a reação católica, o “laissez-faire” liberal, o repúdio “pós-moderno” à ciência etc.

No ocaso do Império, ser positivista implicava em pelo menos duas posições políticas frontalmente opostas à ordem então vigente: a favor da Abolição e da República. Da campanha abolicionista à consolidação da República, com efeito, os positivistas brasileiros não hesitaram em optar pela causa do progresso sempre que esta entrou em choque com a ordem. É notável, a esse respeito, a emoção com que, já na velhice, Tasso Fragoso, um general da ala direita dos positivistas, evocou aqueles tempos, que foram os de sua juventude:

[...] O nosso país atravessava então um dos períodos mais característicos da sua história. Agitava-se o problema da libertação dos escravos e a substituição do regime monárquico pelo republicano. Como era natural, ambos repercutiam no seio da Escola, inflamando as nossas imaginações e interpondo-se em nossos deveres quotidianos. Éramos pela liberdade dos escravizados. Queríamos vê-los livres incondicionalmente e dentro do prazo para que se apagasse de vez essa mancha que tanto nos deslustrava. Com esse intuito juntávamos os nossos modestos esforços aos de todos os abolicionistas do país. Hoje tudo isso descambou no olvido e talvez se afigure um sonho; mal se concebem as pelepas que então travamos pela liberdade. Mas quantas vezes não nos prestamos até a defender com a nossa própria vida a dos que propugnavam a abolição imediata.

Com o mesmo entusiasmo, o general evoca “esse famoso discurso de Rui Barbosa que mandamos imprimir e essa conferência em que fomos à paisana, anonimamente, rodeá-lo no Teatro Politeama para que os reacionários lhe não aniquilassem a existência, tão preciosa naquele momento!”. Lembra também a “moção do Clube Militar contra a utilização do Exército na captura dos negros fugidos e da qual foi incontestavelmente um dos grandes inspiradores o espírito da Escola Militar, representado nas gerações que por ela haviam passado ou ainda nela se encontravam”.

Também notável é a definição de suas convicções republicanas. “Que era a República para nós? Um regime inspirado no interesse coletivo, em que imperasse a mais completa liberdade espiritual, a mais absoluta honestidade e desinteresse no trato da causa pública e só os competentes fossem escolhidos para as funções sociais”. A visão meritocrática (aristocracia da competência) retoma o velho ideal platônico da ditadura do conhecimento. Mas o culto positivista à ciência leva em conta os valores ético-cívicos que enfatizam a educação pública e o exercício pleno da cidadania. Tanto assim que no Rio Grande do Sul, governado durante décadas por discípulos convictos de Augusto Comte (Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros), o desenvolvimento da escola pública contrastou com a triste situação do ensino popular na maioria das demais regiões do país.

Os ideais positivistas dos proclamadores da República incluíam a própria supressão da carreira em que tinham ingressado: "Com a mente cultivada pela ciência e pela leitura de grandes pensadores como Augusto Comte, sonhávamos um grande ideal de ventura humana sem lugar para as violências e os apetites egoísticos, sem lugar até para nós mesmos, modestos aprendizes da arte da guerra, pois ambicionávamos com Benjamin Constant um futuro de perfeita concórdia internacional"⁶. O empenho de certos historiadores em desqualificar a República passa pela ocultação não somente desses ideais, mas também da forte participação dos positivistas na luta pela abolição. A muito usada e abusada frase de Aristides Lobo, de que o povo assistira "bestializado" à proclamação da República, mostra apenas sua ingenuidade política. O que ele esperava? Que de modo totalmente espontâneo as grandes massas criassem secções republicanas revolucionárias para apoiar e aprofundar a obra dos conspiradores republicanos?⁷ Sem dúvida, a proclamação da República foi obra de um processo conspirativo. Mas a dinâmica de massas que não ocorreu na derrubada do Império, ocorrera pouco antes no movimento abolicionista.

É possível que muitos católicos tenham assistido "bestializados" à instituição do divórcio no "pacote de abril" (1977) do general Ernesto Geisel. Deveríamos por isso condenar o divórcio, fazendo coro com a reação católica, a mesma que até hoje criminaliza o aborto da maneira a mais hipócrita? Deveríamos, isso sim, lamentar que a instituição feudal da indissolubilidade do matrimônio não tenha sido abolida pelos que, mal ou bem, representam a soberania popular, mas por um regime de exceção.

O encontro do positivismo e do comunismo

Na década em que se fundou o PCB, o general Ximeno de Villeroy, veterano das lutas contra a escravidão e contra a monarquia, envolvera-se, apesar da idade e do posto de general, nas revoltas tenentistas. Em 1928, publicou *Benjamin Constant e a política republicana*, uma defesa dos ideais republicanos entendidos no sentido francês da expressão, isto é, como o primado da coisa pública, das liberdades políticas, da ética da cidadania. O singular interesse de que se reveste essa obra consiste em que, mantendo-se estritamente no interior do positivismo, o general Ximeno de Villeroy assume posições políticas claramente de esquerda, desde logo anunciadas no prefácio de seu livro:

No Brasil, como em todo o mundo, é a questão social, cada vez mais premente, que empolga todas as classes, especialmente a proletária, vítima da mais desumana opressão e da mais bárbara exploração pelo capitalismo desregrado e insaciável, fortemente apoiado pela política profissional, pelos exércitos mercenários, devotos da obediência passiva a todos os governos e pelo jornalismo de aluguel.⁸

Reconhecemos nessa declaração liminar dois temas caros ao positivismo militar brasileiro: a desconfiança e desprezo pelos políticos profissionais e a recusa do princípio da obediência passiva, vale dizer, da autoridade arbitrária, como princípio de organização disciplinar e hierárquica da corporação armada. A denúncia do "jornalismo de aluguel" (tão válida para nosso tempo) vai no mesmo sentido republicano de esquerda. Ao passo que para os liberais a questão da imprensa se esgota na liberdade de se exprimir, para aqueles que colocam a "questão social" no centro de suas preocupações, tão ou mais

importante do que ser livre para exprimir é ter o poder de imprimir. Se o dinheiro decide o que se exprime e o que não se exprime, se as inteligências dos que não têm recursos para exprimir o que querem é alugada aos interesses dos que tem dinheiro para imprimir o que acham conveniente exprimir, então a liberdade de imprensa terá o mesmo significado mistificador que a "liberdade de trabalho" ou a "liberdade de comércio": será um instrumento de opressão e de exploração do capitalismo "desregrado e insaciável".

Para ter presente o contexto político-intelectual em que Ximeno de Villeroy publicou seu livro, convém lembrar que, embora perdendo terreno dentro e fora do Exército, à direita para o catolicismo militante agrupado em torno de Jackson de Figueiredo na revista *A Ordem* e à esquerda para o comunismo, a doutrina de Auguste Comte continuava a constituir a principal referência intelectual do pensamento militar brasileiro de então. Ao interpretá-la num sentido favorável à causa dos trabalhadores, o general Ximeno colocou o progresso antes da ordem, ou, mais exatamente, concebeu o progresso como condição de uma ordem que não fosse, como a ordem vigente, uma desordem moral e social. O grande interesse desta posição está em constituir um elo original na evolução do pensamento da esquerda brasileira. Ora, foi justamente durante os anos 1920 que se forjaram as matrizes teórico-doutrinárias do PCB a partir de uma dupla e convergente evolução ideológica: a do movimento operário do anarquismo ao bolchevismo e a da pequena burguesia radical do positivismo para o marxismo. A explosiva aproximação da esquerda militar (prestista, mais do que tenentista) com a esquerda comunista constituiu, no plano intelectual, uma aproximação entre Auguste Comte e Karl Marx. Este havia facilmente suplantado o superficial Bakunin entre os intelectuais orgânicos da classe operária. Aquele permanecia, para os intelectuais progressistas, quer como a referência filosófica (caso de Ximeno de Villeroy) quer como *um* dos componentes da peculiar síntese do positivismo e do marxismo característico do pensamento comunista brasileiro (caso do professor Leônidas de Rezende, diretor-proprietário de *A Nação* que, no final de 1926, colocou o jornal a serviço do PCB).

Um estudo circunstanciado da história das idéias políticas no Brasil dos anos 20 mostraria, na verdade, além das duas posições referidas (positivismo crítico de esquerda e sincretismo positivista-marxista), uma transição do positivismo ao marxismo, como foi notoriamente o caso de Luís Carlos Prestes. Entre os artigos teóricos e doutrinários publicados em *A Nação* durante os sete meses em que foi o órgão oficioso do PCB, vale assinalar, a esse respeito, aquele consagrado a "O pensamento, ontem, de Teixeira Mendes", cujo tema é sintetizado no subtítulo: "O positivismo e o comunismo. Pontos de convergência e de divergência entre um e outro". Mas para o general Ximeno, a "reforma social" fundamentada na "sociologia positiva" de Auguste Comte é concebida como uma alternativa ao comunismo, cujo "progresso contínuo", declara no prefácio de seu livro, "subverterá o mundo se doutrina conveniente lhe não for oposta". Mas acrescenta: "[...] se as classes dominantes continuarem surdas às justas reclamações das classes oprimidas, em breve se desencadeará tremenda revolução social [...]"

A esperança de opor a esta turbulenta perspectiva a "doutrina conveniente" de Comte não o impede, entretanto, de citar longa passagem de *Agrarismo e industrialismo*, em que vem demonstrado o teorema político de que "São Paulo e Minas são os senhores do Brasil" e São Paulo "senhor de Minas" e

alguns corolários (o termo é de Brandão), notadamente o de que "a miséria econômica e política da nação provém em primeiro lugar, dos fazendeiros de café de São Paulo e Minas. Tudo é para eles. As leis são aprovadas ou repelidas conforme seu desejo. Os impostos caem implacavelmente sobre a burguesia industrial e comercial, mas não sobre eles"¹⁰.

O interesse intrínseco deste texto de Brandão citado pelo general Ximeno está em que, identificando no domínio do país pelos fazendeiros de café e na subordinação destes à finança imperialista os obstáculos a serem removidos pela revolução social no Brasil, preconiza a aliança entre a classe operária e os "revoltosos pequenos burgueses", ou, mais precisamente entre comunismo e tenentismo, como a via histórico-concreta para a vitória do combate anti-oligárquico do proletariado e das demais classes oprimidas da nossa nação. Comentando o texto, Ximeno denuncia o sacrifício do "Brasil inteiro ao sórdido egoísmo dos plutocratas nacionais e estrangeiros da terra do café", proclamando com apaixonada indignação que "não há tirania mais ignominiosa que a dos argentários, dos politicastos profissionais e da advocacia administrativa [...]"¹¹.

Esta convergência explícita do velho general positivista de esquerda com o jovem intelectual marxista-leninista não se limita à análise do complexo agro-exportador e dos mecanismos de exploração do Brasil pelo imperialismo inglês e norte-americano. Abrange também a denúncia do liberalismo, tanto no plano político (o voto secreto e outras panacéias institucionais em nome das quais o recém-fundado Partido Democrático pretendia salvar o país)¹² quanto no econômico (o mercado como regulação espontânea das relações sociais)¹³. É pois do ponto de vista do progressismo ilustrado e não do "anti-autoritarismo" contra-revolucionário (característico dos liberais, os de ontem, apologistas do *laissez-faire* colonialista e os de hoje, pró-imperialistas pós-modernos) que Ximeno critica o bolchevismo e a violência revolucionária em geral. Com efeito, contrariamente à reação liberal, ele não atribui a responsabilidade histórica das grandes convulsões sociais à revolta dos oprimidos contra uma ordem iníqua, e sim à ganância e à insensibilidade dos opressores. Recusa o comunismo não por ser revolucionário, mas por ser violento, isto é, contrário à razão, única força efetivamente emancipada da humanidade. Na verdade, não o recusa enquanto meio; rejeita-o enquanto solução histórica: "se a nossa [...] miserável política não mudar de rumo, a tormenta libertária, comunista vermelha, arrasará até os seus fundamentos o edifício social. E quem sabe os rios de sangue que vão correr. Para conjurar o cataclisma, cumpre instituir sem demora um Governo Revolucionário que saiba conciliar a mais completa liberdade [...] com a mais perfeita ordem material". Porém, se a violência revolucionária deve ser evitada se possível, e não poderá, em hipótese alguma, servir de fundamento a uma ordem social baseada na luz emancipadora da razão e nos preceitos da "política positiva", ela constitui um mal necessário num país onde a "plutocracia cafeeira controla o dinheiro público, os deputados e senadores, a magistratura, a polícia, os governos estaduais e municipais". É "impossível derrubá-la pelos *meios legais* (grifado pelo autor), isto é, pelas competições eleitorais": "urge, portanto, destruí-la pela violência". "A liberdade toma-se, não se mendiga"¹⁴.

Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré: em torno do programa nacional-democrático

O predomínio político e cultural dos comunistas na esquerda brasileira prolongou-se por quase meio-século, de 1934 (quando se puseram à frente do combate antifascista e receberam em suas fileiras o "Cavaleiro da Esperança") até o início dos anos 1980, quando, fragmentados por multiforme crise de identidade, foram sobrepujados pelo PT. Apesar do golpe jurídico que colocou o PCB na ilegalidade em 1947, dois anos apenas após a abertura política ocorrida no final do Estado Novo, alguns dos melhores e mais lidos intelectuais brasileiros da segunda metade do século XX eram comunistas. A eles se devem interpretações originais, densas e consistentes da sociedade brasileira, de sua dinâmica e de suas contradições. A diversidade dessas interpretações e, sobretudo as longas polêmicas que elas suscitaram desmentiriam, se preciso fosse, os estereótipos caricaturais que acusam o marxismo de impor a teoria aos fatos.

O centro nevrálgico dessas polêmicas foi a elaboração do programa nacional-democrático da revolução social brasileira. Muitos autores comunistas participaram do debate programático que se estendeu ao longo dos anos 1950 e 1960. O tempo da teoria nem sempre acompanha cronologicamente o da política: algumas das obras mais importantes sobre esse debate são posteriores ao golpe de 1964. É amplo e merecido o reconhecimento do lugar central que nele ocuparam Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré. Suas posições respectivas, entretanto, inscrevem-se nos pólos opostos das interpretações marxistas de nossa evolução histórica.

Segundo Caio Prado, com efeito, o Brasil “se entrosa” e “participa desde seus primórdios”, “do sistema internacional do capitalismo”. “É como parte e peça de um sistema mercantil internacional”, que foi colonizado e “nessa mesma situação [...] se perpetua” (1966, p.301)¹⁵. O equívoco, do ponto de vista do marxismo, está em confundir o caráter mercantil da produção, isto é, o predomínio da produção para a troca, com o caráter capitalista das relações de produção, que se baseiam no intercâmbio do trabalho vivo com o salário, portanto a separação radical entre propriedade e trabalho. Ao confundi-los, Caio Prado e epígonos privam-se da possibilidade de explicar a desigualdade de desenvolvimento entre os países que permaneceram submetidos ao jugo colonial e os que dele se emanciparam. Se, como ele sustenta, no território brasileiro “se constituiu uma nacionalidade cujas raízes se situam no próprio complexo cultural que daria origem, mais tarde ao imperialismo; e cuja organização econômica, social e política se plasmaria, por conseguinte, em função de circunstâncias e padrões que são os do mesmo sistema [...]” (Caio Prado, 1966, p.121), como entender que os Estados Unidos, cujas “raízes” se situam no mesmo “complexo cultural”, tenham logrado se transformar de colonizados em colonizadores, de colônia em super-potência imperialista, ao passo que o Brasil e os demais países da América Latina apenas passaram de uma dominação para outra?

Sodré teve o grande mérito teórico e político de vincular a explicação do atraso brasileiro à atrofia e frustração da revolução burguesa. Em *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, ele sintetiza sua explicação dessa diferença. “A ausência de passado feudal permitiu aos Estados Unidos operar, no mesmo

movimento, a autonomia política e a revolução burguesa [...]. No Brasil, a autonomia, herdando escravismo e feudalismo, não tem traço algum de revolução burguesa” (Sodré,1997, pp.87-88). O atraso do Brasil provinha de não ter superado os dois bloqueios fundamentais a seu desenvolvimento: o latifúndio e a dominação imperialista.

Sua discrepância frontal com Caio Prado corresponde à diferença de avaliação dos pesos determinantes respectivos do modo de produção aqui estabelecido e de sua inserção no mercado internacional. Os dois pólos são evidentemente interdependentes, mas a ênfase no comércio europeu leva a tratar as forças e relações de produção aqui instauradas como efeitos meramente passivos do “sistema colonial”. Salientar unilateralmente o caráter exportador da economia colonial leva a subestimar os fatores internos do atraso brasileiro. Imune à tentação de "modernizar" o marxismo ao sabor dos modismos intelectuais e das sínteses ecléticas, Sodré busca na base produtiva das relações econômicas o princípio fundamental de compreensão da história social.

Ironicamente, a influência de Caio Prado, cuja estatura intelectual e contribuição teórica estão acima de qualquer suspeita, nem sempre se exerceu pelos melhores motivos. Certos meios intelectuais, com efeito, cultuam sobretudo *A Revolução Brasileira*, livro que critica acerbamente as teses centrais do programa nacional-democrático do PCB (e indiretamente, também do PCdoB)¹⁶, pretendendo provar notadamente que no Brasil não era necessária uma reforma agrária porque não existia camponato lutando pela terra. A adesão, talvez majoritária na própria esquerda, a esta e outras teses no mínimo altamente contestáveis (por exemplo, a de que o capitalismo aqui chegou a bordo das naus de Cabral) não constitui um argumento teórico. Explica-se por tenazes preconceitos anti-comunistas reforçados por uma assimilação insuficiente e eclética do marxismo. Mas os fatos são cabeçudos. Extinta a ditadura militar há um quarto de século, a reforma agrária continua sendo objetivo central das lutas sociais no campo, a ultrapassagem dos limites mesquinamente liberais da democracia e o desenvolvimento econômico autônomo e orientado para a satisfação das necessidades básicas do povo continuam na ordem do dia. Lula, em seu segundo mandato, tem levado adiante, nos limites da coligação pluriclassista e pluripartidária com predominância petista em que se apóia, uma versão atualizada do programa nacional-democrático formulado pelos comunistas brasileiros.

Referências

ALENCAR ARARIPE, general Tristão de *Tasso Fragoso, um pouco de história de nosso Exército*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1959

BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e Industrialismo* (1926,2006). 2º edição: São Paulo, Anita Garibaldi, 2006.

BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1978,

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Editora Cia. das Letras, 1987.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*, São Paulo: Ática, 1978.

MARX/ENGELS *Ideologia Alemã*, Parte 1, A, p. 226 (ênfase do original). MARX/ENGELS, *Die deutsche ideologie*, in *Ausgewählte Werke in sechs Bänden*, volume I. Berlim: Dietz Verlag, 1978.

PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*, São Paulo: Brasiliense, 1966.

QUARTIM MORAES, João. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. *História do marxismo no Brasil*, vol. 1, *O impacto das revoluções*. 3ª edição revista, Campinas, Editora da Unicamp, 2007. Co-organização, nova apresentação e capítulo II, texto revisado.

SODRÉ, Nelson Werneck Nelson Werneck, *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Graphia, 1997.

Notas

¹ Professor formado em Filosofia e em Direito na Universidade de São Paulo. Em 1968-69 participou da resistência clandestina à ditadura militar. Passou os anos setenta exilado na França. Lá continuou a carreira acadêmica, mas dedicou-se sobretudo ao jornalismo político (na revista *Afrique-Asie*, principalmente). Após a anistia, voltou ao Brasil; desde 1982 é professor na Unicamp e, desde 1993, professor titular por concurso. Publicou vários livros e muitíssimos artigos no Brasil e na Europa. Aposentou-se na Unicamp em 2006, tornando-se em seguida professor colaborador voluntário. É pesquisador do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, Brasília), onde tem desenvolvido, nos últimos seis anos, estudos sobre o materialismo antigo (Epicuro e Lucrécio). Seus temas centrais: história do pensamento político, materialismo antigo e moderno, marxismo, instituições brasileiras.

² Na sessão noturna do dia 8 de março de 1918.

³ A data é referida pelo próprio Brandão em *Combates e batalhas*, 1978, p. 284.

⁴ Acompanhando desde a origem as vicissitudes da trajetória do autor, o livro só foi publicado em abril de 1926 sob o pseudônimo de Fritz Mayer e com indicação falsa do lugar de edição (Buenos Aires) para despistar a polícia política de Artur Bernardes. Acréscimos importantes foram introduzidos no texto durante a longa espera de sua publicação. A 2ª edição do livro foi publicada em 2006 pela editora Anita Garibaldi. É a esta edição, acessível ao público, que remetemos nossas referências.

⁵ Essa passagem é citada pelo próprio Brandão em *Combates e batalhas*, p. 294.

⁶ Discurso de Tasso Fragoso em 1945, na VII Região Militar, reproduzido pelo general Tristão de Alencar Araripe em *Tasso Fragoso, um pouco de história de nosso Exército*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1959, pp. 145-146.

⁷ José Murilo de Carvalho, *Os bestializados*. Antes dele, Leôncio Basbaum já tinha referido a carta de frase de Aristides Lobo, *História sincera da República*, São Paulo, Fulgor, 1968, p. 18.

⁸ A numeração das páginas do livro de Ximeno de Villeroy não inclui o prefácio: a p. 1 é a que inicia o capítulo I do livro, intitulado "Notas biográficas" (sobre Benjamin Constant, obviamente). No final do prefácio, lê-se "Quartel do 1º Grupo de Artilharia Pesada, em São Cristóvão, dezembro de 1928". Ximeno lá se encontrava não na qualidade de comandante, mas na de preso. Veterano da conspiração dos jovens oficiais republicanos que derrubara o Império, ele havia ardorosamente apoiado todos os levantes tenentistas a partir de 1922.

⁹ O artigo em questão foi publicado nos números de 29 e de 30 de junho de 1927 em *A Nação*.

¹⁰ O texto de Brandão é citado por Ximeno de Villeroy nas pp. 326 e 327 de Benjamin Constant e a política republicana, a remete às pp. 9-10 de *Agrarismo e industrialismo*. Meio século mais tarde, em *Combates e batalhas* (op. cit.), Brandão lembrou que o "general Ximeno de Villeroy... discípulo de Benjamin Constant... tornou-se um divulgador de Agrarismo e industrialismo entre os militares progressistas" e acrescenta que só tomou conhecimento de que o havia citado no livro sobre Benjamin Constant "40 anos depois" (*Combates e batalhas*, pp. 286-287).

¹¹ X. de Villeroy, op. cit., pp. 325-326.

¹² Ximeno critica, um por um, os 'dez mandamentos' em que os fundadores do Partido Democrático Nacional (articulado em torno do Partido Democrático de São Paulo e dos libertadores gaúchos, dirigidos por Assis Brasil) sintetizaram sua doutrina e suas posições políticas. Estes 'dez mandamentos' foram publicados no *Correio da Manhã* de 22 de setembro de 1927. Cf. Ximeno de Villeroy, op. cit., pp. 305-322. Após esta crítica, a nosso ver profunda, Ximeno conclui: "Não há pois que contar com as doutrinas negativas da democracia passadista (grifado pelo autor), para sairmos do atoleiro da política profissional. Tão pouco poderemos contar com as velhíssimas doutrinas teológicas... que não puderam evitar a anarquia contemporânea... Feita esta exclusão, dois sistemas... ficam em campo: a sociocracia de A.Comte e o comunismo de Karl Marx. Qual dos dois triunfará, conquistando a confiança das classes populares? Em nosso conceito nenhum dos dois; talvez vencerá um compromisso entre ambos" (ib., pp. 322-323). À sua maneira, portanto, o velho general via na aliança entre o tenentismo (positivismo de esquerda) e o comunismo, o caminho para tirar o Brasil "do atoleiro da política profissional". Pensemos o que quisermos deste caminho. O fato é, mais de 70 anos depois, que o Brasil continua atolado...

¹³ Um ano antes do estouro da bolsa de Nova Iorque e do completo colapso das exportações de café, Ximeno, de sua prisão no quartel de São Cristóvão, observava a situação econômica do Brasil com uma lucidez de fazer inveja aos idólatras do mercado: "O café, dentro em breve terá a sorte da borracha... E na hora da derrocada, que se avizinha, não há que contar com a complacência dos banqueiros ingleses e americanos: esta gente não tem entranhas nem moralidade" (ib., pp. 327-328).

¹⁴ ib., pp. 329-330.

¹⁵ Jacob Gorender, em *O escravismo colonial* (1978, p.19), critica essa sobreposição da "esfera da circulação às relações de produção".

¹⁶ Na verdade, as idéias e argumentos que Caio Prado expõe em *A Revolução Brasileira*, em boa medida tinham sido já apresentados, antes do golpe de 1964, nas páginas da *Revista Brasileira*.